

NUNO SANTOS CARNEIRO
ISABEL MENEZES

“Do *anel* à *aliança*”: Sentido dos *iguais* e emancipação pessoal na psicologia das sexualidades¹

Sistematizando alguns processos subjacentes ao desenvolvimento psicológico da identidade (sexual), este artigo propõe uma *Análise Psicossocial Crítica* das sexualidades contemporâneas. A partilha vivencial da opressão nos contextos dos “iguais” é sublinhada pelos autores como dimensão nuclear do desenvolvimento identitário. Mais se propõe esta partilha como potenciadora de uma conciliação conceptual entre a abordagem psicológica das identidades sexuais e as propostas *Queer* a respeito das sexualidades. Em conclusão, são apresentadas as implicações dessa conciliação para o desenvolvimento do sujeito nos múltiplos contextos de negociação relacional das sexualidades “minoritárias”, enfatizando a complexidade psicológica necessária à emancipação pessoal no seio destes contextos.

A homossexualidade e o ou a homossexual são instâncias que pré-existem ao nosso debate, de cuja definição e de cuja existência temos podido fazer parte, porque essas instâncias já existiam antes de nós. O mito da não-identidade, a crença de que os e as homossexuais não partilham identidade alguma, é tão-somente isso: um acto de fé. Pode ou não estar-se de acordo com o que o termo “homossexualidade” implica, mas é absurdo pretender que não existe e que não influi na vivência que cada um tenha de si mesmo a nível pessoal e/ou colectivo.

RICARDO LLAMAS e FRANCISCO JAVIER VIDARTE (1999), *Homografias*

Se, por um lado, a actual multiplicidade de olhares analíticos sobre o conceito de “identidade” promete ampliar a leitura deste conceito, por outro, promove frequentemente um facilitismo na sua abordagem e conduz a uma

¹ O presente artigo resulta de investigações financiadas pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através de uma bolsa de doutoramento atribuída ao primeiro autor no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (SFRH/BD/2835/2000) e do projecto *Concepções e práticas de cidadania: O papel do desenvolvimento psicológico, das experiências de vida e da discriminação social* (POCTI/41310/PSI/2001), com coordenação científica da segunda autora.

pluralidade de interpretações no seio das quais é difícil situarmo-nos (*e.g.*, Berzonsky, 1994; Costa, 1991; Kroger, 1989; Schachter, 2002; Schwartz, 2002). Partindo da Teoria Psicossocial do Desenvolvimento, este artigo sistematiza alguns processos subjacentes ao desenvolvimento psicológico da identidade (sexual) e o papel que, neste referencial teórico, os “iguais” assumem como elementos potenciadores da emancipação pessoal. De seguida, atendemos a algumas propostas mais recentes de abordagem da identidade, com vista à fundamentação do que aqui designaremos por *análise psicossocial crítica* das sexualidades. Entre um *aqui* e um *além* da identidade – espaço representado pela conciliação entre as perspectivas identitárias e a Teoria *Queer* – damos a perceber, em momento posterior, de que forma os “iguais” permanecem cruciais a um *sentido de si*, recorrendo-se a alguns excertos discursivos de sujeitos auto-identificados como “homossexuais” para ilustração da construção psicológica das identidades (homo)sexuais. Em conclusão, são apresentadas as implicações da conciliação entre as propostas identitárias e pós-identitárias para o desenvolvimento do sujeito nos seus múltiplos contextos de negociação relacional, enfatizando-se as progressivas complexidade, diferenciação e integração psicológicas inerentes às sexualidades contemporâneas.

1. Nós com os outros. A Identidade como núcleo psicossocial do desenvolvimento psicológico

A Erikson (1963, 1968, 1980) se deve a seminal abordagem psicológica do conceito de “identidade”. Integrando este conceito como um sentimento subjectivo de unidade pessoal e de continuidade temporal, a Teoria Psicossocial do Desenvolvimento, proposta pelo autor, permanece relevante para a compreensão do desenvolvimento da identidade na teia das configurações sociais e culturais em que hoje nos situamos. O *espaço* e o *tempo* de cada um de nós dependem, segundo esta teoria, de uma sistemática e processual (re)adaptação aos múltiplos contextos da existência humana, bem como da manutenção de um sentido individual (e, por isso, único) das experiências de vida e da integração dos papéis sociais que sustentam a organização cultural destas experiências.

O desenvolvimento psicológico da identidade – assim é entendido como *psicossocial* – ocorre, segundo o pensamento eriksoniano, em dois planos contextuais que se intersectam: o contexto daqueles que vamos sentindo como nossos “iguais” e o das propriedades históricas, culturais e institucionais do corpo social em que vamos existindo. O primeiro destes planos é o da possibilidade, por um lado, de se estabelecer partilhas e, por outro, de se criar oportunidades que, no curso da vida, promovem uma autonomia

progressivamente mais consciente e integrada: “a identidade de uma pessoa ou de um grupo pode ser correlativa à de uma outra pessoa ou de um outro grupo e a necessidade de obter uma identidade é sempre sinónimo de uma *emancipação* interior, psicológica, pessoal” (Erikson, 1968: 18; *itálico nosso*).

Ao conferir significados temporalmente continuados às experiências vitais e ao perceber-se, numa complexidade crescente, como avaliador *do* e avaliado *no* contexto relacional, o sujeito edifica um sentido de si, que está em constante reformulação: mais do que *ser*, o sujeito *vai sendo* ele mesmo.² Daqui decorre que a construção da autonomia pessoal é sempre a construção de uma *autonomia interdependente*: “o desenvolvimento pessoal, de facto [...] não emerge unilateralmente, é antes um processo de construção na interacção dos indivíduos com os outros [e] parece, pois, depender da qualidade das interacções entre indivíduos nos diversos contextos de vida” (Soares e Campos, 1985: 153).

No plano da cultura e da história, a Teoria Psicossocial do Desenvolvimento faz depender a construção identitária de moratórias socializantes que ora podem promover, ora podem dificultar (se não mesmo impedir) um desenvolvimento integrado da identidade.³ São as “moratórias de orientação humanista” as que possibilitam “um sentimento de identidade [...] fundado na experiência da saúde social e da solidariedade cultural [...], experiência que contribui para afirmar um sentimento de humanidade” (Erikson, 1963: 380). O mesmo é dizer que estas moratórias estabelecem modelos de socialização capazes de fomentarem uma consciência ideológica e de propiciarem ao sujeito um investimento pessoal em projectos de cooperação e de relações solidárias com os *outros*.

A identidade resulta, em suma, como “um processo ‘situado’ no *coração do indivíduo*, bem como no *coração da sua comunidade*, processo que funde, na prática, uma identidade [complexa e dialéctica] a partir destas duas identidades” (Erikson, 1968: 18). A interacção entre o *psicológico* e o *social*, entre o crescimento pessoal e a história, apenas pode conceber-se como

² Guacira Lopes Louro metaforiza este processo continuado de (re)construção da identidade, dizendo: “o motivo da viagem [identitária] altera-se a meio do caminho [...]; os sujeitos podem até voltar ao ponto de partida mas são, em alguma medida, ‘outros’ sujeitos, tocados que foram pela viagem, [...] num processo que se caracteriza por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e reajustes, de tal modo que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante” (2004: 13).

³ A expressão “moratória” remete, nesta teoria, não apenas para a dilação temporal necessária à solidificação dos processos psicológicos subjacentes ao desenvolvimento da identidade, mas também para “uma margem de opções diversas acordada pela sociedade” (Erikson, 1968: 164) e que exige ao sujeito a realização de escolhas que se prendem, por exemplo, com domínios ideológicos, com o desempenho de papéis sexuais ou com a realização profissional.

uma relativização em que um e outro destes planos deixa de ter uma demarcação estanque para, então, se mesclarem no que vai constituindo o desenvolvimento identitário.

2. E depois de Erikson? Subsídios para a compreensão contemporânea da identidade

A integração de múltiplos papéis sociais que dão base à organização psicológica das experiências vitais remete, em Erikson, para o desenvolvimento de um sentido de pertença geográfica e historicamente coerente: família, comunidade, moratórias, figuram como contextos de identificação e de diferenciação que vão (re)definindo a identidade ao longo da vida.

Numa análise de cariz sociológico e remetendo para a modernidade tardia, a contextualização da identidade é recuperada por Anthony Giddens (1997). A experiência subjectiva ou auto-identidade (conceitos que em Giddens são equivalentes), é situada numa interface entre, por um lado, o domínio da existência individual e, por outro, as actuais influências da globalização: “ao forjarem as suas auto-identidades, e independentemente do carácter reduzido dos contextos específicos da sua acção, os indivíduos contribuem para, e promovem directamente, influências sociais com consequências e implicações globais” (Giddens, 1997: 1-2).

A modernidade desenha-se, então, enquanto cultura de risco em que a auto-identidade se constrói reflexivamente numa vasta possibilidade de opções: percepção e avaliação destes riscos são problemas com que o indivíduo se debate recorrentemente. Os elementos que compõem a cultura de risco relevam, em sentido complementar ao que sistematizámos sobre a Teoria Psicossocial do Desenvolvimento, uma dimensão contributiva para o situar contemporâneo da elaboração (tanto colectiva, quanto pessoal) da identidade e dos processos que lhe imprimem forma e sentido organizador: riscos de destruição maciça, de catástrofe ecológica, de emergência de ideologias políticas totalitárias ou de colapso económico fragmentam o corpo social e tornam a identidade um “empreendimento organizado reflexivamente [...] que consiste na manutenção de narrativas biográficas coerentes, ainda que continuamente revistas” (Giddens, 1997: 4). Também sublinhado por Giddens é o sentido pessoal de partilha e de identificação inerente à auto-identidade, sendo que este sentido pessoal é continuamente sustentado por contextos de identificação e de partilha potenciadores do desenvolvimento de um *sentido* (individual e colectivo) *de ser*.

Esta multiplicidade de processos, de espaços e de tempos de identificação no plano da globalização faz reequacionar os papéis sociais que desempenhamos. A abordagem sociológica dos papéis sociais passa, deste modo,

a ser repensada pelo facto de os indivíduos vivenciarem uma permanente tensão na performance de papéis sociais multiformes e multicontextualizados, numa constante necessidade de articulação destes papéis (Calhoun, 1996).⁴ Considerando esta necessidade de reconceptualizar a teoria dos papéis sociais, José Machado Pais (2001) propõe uma sociologia da pós-linearidade e refere que os significados da experiência pessoal apenas podem descodificar-se nos contextos em que são produzidos e negociados. Pelas experiências de vida, novos significados vão sendo percebidos, e por isso diferentes papéis sociais se (re)articulam e se (re)significam no cruzamento de um *aqui* (significado-contexto) e de um *agora* (significado-tempo), cruzamento que simultaneamente configura as nossas experiências presentes e determina a interpretação das experiências do nosso passado. As plurais realidades de identificação permitem que, para um mesmo sujeito, identidades múltiplas – e, na relação com estas, o desempenho de papéis sociais múltiplos – se inscrevam em sub-universos experienciais ou em “âmbitos de significado finito” (*i.e.*, significados que nesses *aqui* e *agora* o sujeito atribui às suas experiências). Aqui se coloca uma outra implicação, subjacente à análise contemporânea da (re)construção identitária, que é a da busca de uma interconectividade entre os diferentes papéis sociais desempenhados por cada um de nós, em espaços que são, ainda de acordo com Pais, “interditados por outras falas, outras línguas, cuja centralidade (da linearidade) relega para a margem (terreno de interdições) os vazios da descontinuidade a que as ciências hermenêuticas procuram dar sentido, num terreno de contra-dicção” (2001: 96).

Sobre as consequências destas interdições linguísticas para a compreensão contemporânea da sexualidade, reflecte Maria Irene Ramalho (2001) num artigo em que pode ler-se que

como qualquer identidade, também a identidade sexual é plural, relacional e historicamente situada [...] e tanto mais se oferece protagonista do espectáculo da moderna sociedade global quanto mais premente se põe a questão do poder, e quanto mais necessária se torna a luta contra a desigualdade e a opressão. (2001: 528)

⁴ Analisando as consequências da globalização para o desenvolvimento psicológico da identidade, Arnett (2002) propõe que “os desafios levantados à criação de uma identidade viável são actualmente mais amplos do que foram no passado [...]. A globalização permitirá expandir gradualmente a proporção da população mundial que dispõe de um vasto leque de escolhas identitárias, pelo que a diversidade de identidades será proporcional às referências multiculturais e híbridas que essa expansão faz emergir” (pp. 781-782). Se, por um lado, esta crescente pluralização dos contextos de identificação coloca dificuldades à realização individual de escolhas e de investimentos que consolidam o sentido pessoal de identidade, por outro, permite que a identificação com diferentes valores ideológicos, com plurais modalidades de expressão sexual/amorosa ou com distintas comunidades de pertença potencie uma mais enriquecida (re)construção identitária.

A identidade sexual e as múltiplas identificações que lhe estão anexadas, surgem, para Ramalho, como objectos de sistemática transformação que o desenvolvimento do sujeito nos seus contextos delinea “como uma interrelacionalidade constitutiva desse vulnerável e reversível *estar-a-ser*, que é sempre o que o ser é em sociedade” (2001: 540).

O que seguidamente defenderemos é que esta interrelacionalidade se mostra como realidade subjectiva potencialmente constitutiva de uma conciliação entre a análise psicológica da identidade (sexual) e a teorização pós-identitária das sexualidades. Não é a oposição entre estas duas modalidades conceptuais que dá intenção a este artigo, mas antes o substrato vivencial e relacional que, por intermédio de uma leitura psicológica, se nos revela conciliador de tais modalidades.

3. O sentido dos “iguais” entre *aqui* e *além* da identidade

São as propensões para uma categorização rígida da “sexualidade” e do “género” – e de atribuição a estas categorias sociais de uma essencialidade que compromete a sua contextualização social, cultural e política – que inspiram a crítica da teoria *queer* à matriz conceptual da identidade (e.g.; Butler, 1990, 1993; Jagose, 1996; Lher, 1999; Llamas, 1998; Plummer, 1995, 1996; Seidman, 2001; Warner, 1993). Para essa teoria, as políticas de identidade (e os movimentos sociais que estrategicamente as veiculam) são favoráveis à legitimação, no terreno da acção política, de uma concepção binária linear – de oposição da “homossexualidade” à “heterossexualidade” ou do “feminino” ao “masculino” – que reproduz, em última instância, a ordem social normativa e reguladora contra a qual tais políticas se insurgem.⁵

Mais do que a afirmação de identidades “minoritárias”, o que urge nas (pro)posições *queer* é a radicalidade da oposição a qualquer modo estratégico de exercício da opressão, quaisquer que sejam os critérios (“orientação sexual”, “género”, “raça”, “etnia”, ...) que social e culturalmente demarcam a noção (já esta, em si mesma, discursivamente construída) de “minoría”. As ideias, nascidas na modernidade tardia, da centralidade do sujeito, da sua fixa(da) consciência e da sua essencial identidade dão lugar, na compreensão pós-estruturalista que norteia a teoria *queer* (e.g., Derrida, 1996; Foucault, 1994; Spargo, 2000), a uma tentativa de *conferir centralidade à margem*: “mais do que antes, outros discursos emergem e buscam a sua imposição; estabelecem-se controvérsias e contestações, afirmam-se, política

⁵ Sobre o paralelismo entre esta legitimação por parte das instâncias sociais e a tendência epistemológica/heurística de reprodução das concepções binárias sobre o “género” e a “sexualidade”, vide Sedgwick (1990).

e publicamente, identidades silenciadas e sexualmente marginalizadas” (Louro, 1999: 32). E é ao progressivamente adquirirem um “centro” que estas identidades “de margem” perdem a inevitabilidade do silêncio ou do esconderijo. No profundo e radical reequacionar da *norma* e da *diferença*, a teoria *queer* é certamente um contributo fulcral para (re)pensarmos as sexualidades contemporâneas: o que nos lega, por ora, esta teoria é a necessidade de uma sistemática interrogação sobre as estruturas hegemónicas que referenciam *outras* sexualidades como contra-hegemónicas, sobre os mecanismos de regulação discursiva e política que estipulam a “margem” e o “centro”, sobre o que histórica e socialmente tem conduzido à noção de *diferença*, sobre os espaços – tanto ocultos como explícitos – de manutenção silenciadora desta *diferença*.⁶

Não estão livres de objecções os argumentos *queer*. No seguimento do que temos advogado, desde logo há que destacar, de entre estas objecções, os riscos de erosão das especificidades inerentes à experiência psicológica das sexualidades “minoritárias”. Um vácuo na compreensão da subjectividade que subjaz à construção de um sentido de si como *sendo (também) desejo, corpo, intimidade, identidade pela diferença*, é apontado por vários autores (e.g., Carlson, 2001; Hostetler e Herdt, 1998; Rahman, 2000) como próprio do pensamento *queer*, resultando recorrentemente numa negligência a respeito das fenomenologias que assistem à construção de um *si mesmo*.⁷

Complementarmente, os riscos de esbatimento do sentido de pertença a um grupo de “iguais” e de desespecificação política da acção colectiva (ainda) necessária à afirmação das identidades não-hegemónicas estão presentes entre as contestações ao *queer* (Binnie, 2004; Jagose, 1996). No sentido em que o *queer* desconstrói o identitário, também encoraja, consequentemente, uma apatia política na defesa das especificidades e dos interesses “minoritários”. Muitos sujeitos continuam a rever-se nos seus “iguais” e na vivência partilhada da opressão e do sofrimento psicológico que esta opressão acarreta. Por isso mesmo, continuam as “minorias” a necessitar de respostas que possam ir ao encontro do sofrimento nascente da sua “condição” social e política: de cada vez que nos pensamos e sentimos como assentes

⁶ Nesta óptica, têm as “minorias” (sexuais e outras) substância mais qualitativa do que quantitativa e por isso são aqui colocadas entre aspas.

⁷ A par de uma semântica pejorativa que alguns sujeitos associam à expressão “*queer*”, é o sentimento de que a sua identidade sexual permanece como categoria necessária a uma forma estável de *ser* que motiva a recusa, por parte destes sujeitos, de recurso a esta expressão para se auto-identificarem. A preferência por autodenominações como “homossexual”, “lésbica”, “*gay*”, “bissexual”, “*transgender*”,... (mas não “*queer*”) revela-se, deste modo, como tradutora da permanência da fenomenologia e da subjectividade que mencionámos.

em marcas de subjectividade que nos fazem pertença de uma determinada categoria e que integram (também em modo de sofrimento) o sentido que construímos de nós, logo a identidade pessoal se ergue para que um novo e mais enriquecido sentido de si possa despontar, em conformações que servem novas exigências, sempre levantadas pelo devir da nossa existência enquanto *peessoas no encontro com o(s) Outro(s)*.

Entre o *aqui* da vivência identitária e o *além* da (re)inscrição das sexualidades, o *queer* tem que permanecer, assim proclama Annamarie Jagose,

não como uma conspiração destinada ao descrédito de *gays* e *lésbicas*, não como uma tentativa de desvalorizar os ganhos indisputáveis que em nome destes foram alcançados [...]. A principal conquista [*queer*] é a de chamar a atenção para os pressupostos [sócio-culturais, políticos, discursivos] que – intencionalmente ou não – subsistem à mobilização de qualquer categoria identitária. (Jagose, 1996: 126)

4. Vozes críticas no desenvolvimento psicológico das (homo)sexualidades

Falarmos de uma *análise psicossocial crítica* das identidades (sexuais) presuppõe, como esta designação sugere e como temos defendido noutros estudos (e.g., Carneiro, 2005; Carneiro *et al.*, 2003; Carneiro e Menezes, no prelo; Menezes *et al.*, 2004), relacionar as perspectivas teóricas mais incisivamente dedicadas à identidade com um foco central – que, como vimos, ancora a perspectivização *queer* – de atenção às estruturas sociais, culturais e políticas nas quais a construção do *sentido de si* vai ocorrendo.

Como antes se foi expondo, a análise psicossocial do desenvolvimento elaborada por Erikson pode ser já entendida como *crítica*, porquanto defende que a inteligibilidade da construção psicológica da identidade reclama, necessariamente, um olhar atento à inextrincável relação entre o sujeito e os seus contextos sócio-históricos e culturais. Não obstante, o que neste trabalho se propõe, e ao tomar como referência um recente movimento teórico denominado de Psicologia Crítica (e.g., Austin, 2003; Kitzinger, 1997; Parker, 1999), é uma leitura das (homo)sexualidades que não apenas recusa modos de entendimento psicológico do sujeito que reproduzam estruturas ideológicas e políticas opressivas mas, mais do que isso, uma leitura que represente um potencial veículo para combater activamente estas estruturas. De resto, alguns modelos psicológicos de desenvolvimento da identidade – (homo)sexual, feminista, racial, ... – em contextos culturais e políticos de opressão (Cross, 1971; Downing e Roush, 1985; Rubio, 1996) vivem de uma exploração teórica das consequências adversas que estas estruturas sócio-ideológicas opressivas representam para o desenvolvimento psicológico integrado e não-discriminado da(s) identidade(s).

Claramente ilustrativa do vínculo desenvolvimental entre o sujeito e os seus “iguais” é a teorização que McCarn e Fassinger consagram à identidade *gay* e lésbica: a indissolubilidade entre os significados subjetivos e o sentido de pertença a um grupo onde comunalmente se vivencia a discriminação social permite que “cada nova relação faça nascer novas compreensões sobre a sexualidade individual e que cada novo contexto implique uma consciência renovada da opressão a que o grupo está sujeito” (1996: 522). Na experiência partilhada da opressão, o sujeito mobiliza, *ao estar com os seus*, recursos que lhe permitem ir reconhecendo (e insurgir-se contra) as consequências dessa opressão. Na afinidade entre o desenvolvimento *peçoal* de uma cada vez mais complexa redefinição da orientação sexual não-normativa e a reformulação (no contexto dos *iguais*) dos múltiplos significados desta redefinição pode, então, catalisar-se a integração identitária. Consciencializar a *diferença*, enveredar jornadas na exploração desta *diferença* e aprofundar as *diferenças* que nesta *diferença* necessariamente se admitem são as etapas que sujeito e comunidade percorrem rumo ao espaço (pessoal e colectivo) posicionado entre o *aqui* e o *além* da identidade: enquanto não forem radicalmente modificadas as estruturas sociopolíticas de produção da *diferença*, não serão anuladas as experiências psicológicas de sofrimento, ao mesmo tempo que o desejo de uma *diferença* não diferenciada é já o que a integração da identidade pessoal e colectiva ambiciona.

Assim é que as fases culminantes do desenvolvimento nomeadas nos vários modelos psicológicos de abordagem da identidade homossexual anunciam a *possibilidade-devir queer* que ao sujeito e ao seu grupo se abre, porque nessas fases se delineiam

a desconstrução da *diferença* como elemento sobreposto a outros aspectos da subjetividade, a fluidez dos sentidos pessoalmente concedidos a esta *diferença* e a reformulação do entendimento da diversidade através da recusa de binarismos ou de dicotomias identitárias. (Carneiro, 2005: 14)

Pois bem, se a análise psicossocial deve dedicar-se, em modo *crítico*, ao desenvolvimento psicológico da(s) identidade(s) (homo)sexuais, então deve oferecer-se aos sujeitos a possibilidade de ganharem *voces*, também elas *críticas*, para que se *escutem* as realidades que eles vivenciam. Tem por isso interesse, neste artigo, recorreremos a verbalizações de algumas pessoas auto-identificadas como “homossexuais” que colaboraram em sessões de *focus groups* por nós conduzidas com vista à validação do modelo teórico

de McCarn e Fassinger (1996).⁸ Se noutro trabalho procedemos a uma análise mais ampla das produções discursivas resultantes destas sessões (Carneiro e Menezes, 2006), aqui expomos algumas verbalizações que ilustram fundamentalmente a experiência psicológica de *ser* homossexual e a importância que nesta experiência assumem os “iguais” (*i.e.*, outras pessoas que com estes sujeitos partilharam, na trajetória da construção psicológica da suas identidades, a experiência da discriminação social decorrente da orientação sexual homossexual).

A propósito da vivência pessoal das homossexualidades:

Viver como homossexual traz durante muito tempo ambiguidade e sofrimento; num mundo que diz que estamos errados se não formos heterossexuais, não podemos deixar de sentir este sofrimento [...], só quando aceitamos de vez que amamos alguém do mesmo sexo é que somos capazes de uma compreensão de que a normalidade e a anormalidade são conceitos que não existem, ou que existem apenas para que os ditos “normais” continuem a olhar-nos como errados [Homem, 23 anos].

Encontramos ilustração da vivência psicológica entre o *aqui* e o *além* das homossexualidades no seguinte excerto discursivo:

Pode dizer-se que a homossexualidade é um turbilhão de vivências, na qual a certa altura das nossas vidas já não sabemos bem o que tem e o que não tem a ver com a sexualidade; como se ela [a homossexualidade] ficasse sempre lá, mas a perder um sentido, a querer que possamos ser alguém que ultrapassa a sua sexualidade, numa viragem que nos faz mais do que aquilo de que gostamos, do que aquilo que amamos [Mulher, 27 anos].

É, pois, no encontro partilhado e vivencial com os “iguais” que se encontram as possibilidades de emancipação pessoal de si enquanto “homossexual”, tal como nos dão a entender os seguintes extractos:

Até conhecer outras pessoas homossexuais, era constante uma lembrança de mim própria como alguém que seria sempre uma “aberração” [...]; quando começo a

⁸ Os *focus groups* constituem uma metodologia que favorece, através da confrontação de diferentes perspectivas sobre uma mesma realidade vivencial, a compreensão das experiências subjectivas, mais ainda quando se trata de experiências de discriminação social (*e.g.*, Hughes e Dumont, 1993; Krueger, 1988). As sessões que realizámos decorreram entre Maio e Junho de 2002, numa amostra total de 18 sujeitos com idades compreendidas entre os 16 e os 38 anos. Foram constituídos três grupos (um de homens, outro de mulheres e ainda outro de homens e de mulheres) com vista a uma diferenciação inter-grupal das experiências psicológicas relacionadas com as homossexualidades dos participantes.

conhecer estas pessoas saio dessa lembrança, destruo os terríveis estereótipos da “lésbica machona” e do “gay efeminado” e passo a ser eu, num enorme mundo que desconhecia e que afinal tinha gente de tantas “cores e feitios” [Mulher, 20 anos].

Foram os outros, os outros como eu, que me levaram a sair de mim, a sair de uma imagem que tanto tempo estive comigo da inevitável infelicidade por ser quem era; sem estes outros, ficaria num casulo, numa má imagem de mim e não poderia ter partido para a minha própria felicidade [Homem, 25 anos].

5. *Movimentos (sociais) imperpétuos: luta colectiva e emancipação (homo)sexual*

No palco da construção colectiva das identidades, a multiplicidade vivencial e performativa de papéis sociais, de experiências, de espaços e tempos de identificação é uma realidade que complexifica as políticas da identidade e os movimentos sociais que as corporizam: na tentativa de dar resposta às necessidades e características que diferenciam os grupos identitários, os movimentos sociais vão apresentando também uma fragmentação de processos, de estratégias e de orientações para a acção política. Não é este caminho, necessariamente, o de uma fragilidade, mas o da constante re-adequação dos propósitos e das estratégias operacionais dos movimentos às particularidades identitárias que lhes estão na base, através de “um esforço que nunca atinge completamente o seu objectivo, de tal modo que o movimento continua a ser sempre fragmentário e pleno de contradições [...], muda[ndo] de debates, de tensões e de dilacerações internas” (Touraine, 1997: 134). Nesta exigência de re-adequação reside a força mobilizadora, a motivação actuante e a validade da contribuição dos movimentos sociais para sistematicamente se (re)pensar as estruturas sociais dominantes e opressivas, o papel do sujeito e das suas redes de identificação e pertença, numa intenção solidária e human(izad)a que estava já adivinhada no pensamento de Erikson e na sua concepção de “moratória de orientação humanista” (cf. *supra*).

Cada grupo identitário, cada movimento social, se confronta, simultaneamente, com a fragmentação que lhe é inerente e com a fragmentação mais amplamente caracterizadora da existência social de diferentes grupos identitários. A noção de *coligação arco-íris* (Young, 1990, 1995) remete para esta simultaneidade: nesta forma de coligação, os sujeitos e os seus grupos auxiliam a construção de um espaço público mais justo e democrático na afirmação de múltiplas “cores identitárias” e num processo em que, não desparecendo da composição do “arco-íris”, cada uma destas “cores” esbate

as suas fronteiras na partilha de interesses e experiências das “cores” que a complementam.⁹

Iris Marion Young (2003) reflecte também sobre algumas questões que relacionadas estão com o que fomos explorado como o *aqui* e o *além* da Identidade: entender uma designação identitária como base da acção política grupal acarreta riscos de esbatimento das realidades existenciais que no seio dessa acção política sempre se distinguem. Young propõe o balizamento da categoria “género” (proposta extensível a outras categorias identitárias) como colectividade serial. Do ponto de vista das acções estratégicas que decorrem desta noção de serialidade, a política feminista perde consistência – do mesmo modo que a perdem outras políticas identitárias referentes a outras categorias sociais – se desinvestir uma noção de opressão contra a qual continua a ser necessário lutar. Assim, “a serialidade designa um certo *nível* de existência social e de relações sociais com os outros – o nível da rotina, da acção habitual, que é regulada por normas e socialmente estruturada, mas como pano-de-fundo-pré-reflexivo para a acção” (Young, 2003: 129). Permite isto que os indivíduos não percam o sentido da sua individualidade e que, na luta contra a opressão, não vejam negligenciados os constrangimentos e as relações com os objectos existenciais que condicionam um sentido de si na relação com o outro, numa comunhão de experiências que, essas sim, por condições políticas e estruturais do funcionamento democrático contemporâneo, marcam invariavelmente todos os membros de uma (qualquer) categoria identitária.

Também a respeito dos “iguais”, mas agora em referência mais específica ao espaço da luta colectiva, vale a pena recorrermos às palavras de uma das participantes nos *focus groups*, palavras que ilustram exemplarmente a importância da participação comunitária nas associações LGBT:

É por vezes quase necessário atirar à cara das pessoas “eu sou lésbica, gosto muito de o ser e não tenho que me envergonhar disso”; há um momento das nossas vidas a partir do qual [...] deixa de se conseguir aguentar qualquer esconderijo sobre aquilo que somos e sobre o sentido pessoal que temos de o ser; o movimento associativo [LGBT] torna isto quase uma necessidade, em termos políticos e pessoais; mesmo sabendo que este orgulho tem sempre a limitação de haver momentos e lugares em

⁹ No que respeita ao percurso do Movimento LGBT Português, afirmámos que a sua existência e os seus modos de actuação “revelam significados relacionais que se foram focalizando menos numa oposição dicotomizante (*a preto e branco*) entre as suas necessidades e as necessidades de outras identidades colectivas e mais numa intenção de pluralidade em que as fronteiras identitárias se esbatem, curiosamente entre as cores de um *arco-íris* (apropriado na história da Cultura LGBT e por ela feito ícone)” (Carneiro e Menezes, 2004: 8).

que a coragem de dizermos quem somos não pode ir tão longe, há sempre uma vontade e uma necessidade de nos afirmarmos por inteiro, de que as limitações sejam as menores possíveis [Mulher, 26 anos].

6. Emancipar a emancipação: Para além do *além* das sexualidades

Teve este artigo como intenção central sublinhar a importância da compreensão psicológica da(s) identidade(s) para as reconfigurações sociais, culturais e ideológicas da “diferença” (homo)sexual. Ao partir da Teoria Psicossocial do Desenvolvimento, este trabalho pretendeu estender as implicações deste modelo teórico ao quadro das contribuições sociológicas contemporâneas, bem como dar a perceber de que modo são já anunciadas as propostas *queer* na integração das identidades (sexuais).

Ao desejar-se *crítica*, a análise aqui desenvolvida sublinha a relevância da *escuta* ao sujeito psicológico *numa autonomia interdependente* com os seus “iguais”. De algumas *vozes* se foi dando conta para ilustração das possibilidades que estes “iguais” (em troca relacional e no espaço associativo) trazem ao sujeito para que possa ser emancipado o seu desenvolvimento psicológico.

Num momento em que Portugal assiste, pela mão de colectivos/associações LGBT e pessoas independentes, à luta pelo reconhecimento formal e social do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, fazemos nossas as palavras de Maria (nome fictício), uma mulher autodefinida como lésbica que, em momentos finais do processo de acompanhamento psicoterapêutico prestado pelo primeiro dos autores deste artigo, reflectia sobre o seu percurso psicológico. Vivendo uma relação amorosa de vários anos com outra mulher, Maria resumia deste modo o *aqui e além* do significado pessoal desta relação amorosa, revelando uma consciência crítica do contexto social e político que é o de todos nós e projectando o ideal da sua (e, afinal, nossa) emancipação pessoal, concentrando nestas palavras a ideia que deu título a este artigo:

Estarei completamente feliz como mulher e como lésbica no dia em que possa dizer aos outros, com orgulho e sem que me mostrem estranheza, que o que trago no dedo não é apenas um anel, é uma aliança que representa e dá sentido quotidiano ao amor que partilho.¹⁰

¹⁰ “Um olhar crítico em torno dos heterossexismos [...] permite que se desoculte, nos passos, nas linguagens, nos discursos à volta de mesa de café, as próprias sombras com e sobre as quais ele se construiu ao longo da história, como também as estratégias de inclusão e de exclusão a que recorre [...]. O medo que é sentido face à eventual destruição do casamento, tal como é concebido de acordo com uma lógica heterossexista, deixa revelar, mais uma vez, a visão estigmatizada da homossexualidade [...] que funciona como um mecanismo de confirmação, verificação e ainda validação social e política da própria identidade heterossexual em risco de flutuação” (Nogueira, 2006: 15).

De uma *aliança* de si com a sua identidade, de uma *aliança* de si com os seus *iguais* (ou desejavelmente cada vez *menos diferentes*) se fez a *viagem* psicossocial de Maria.

Para que não sejam perpetuadas as realidades opressivas que à “diferença” (homo)sexual se colocam a cada dia, necessário é que também a *viagem* da mobilização colectiva e social não se perpetue numa estagnação ou numa ausência de movimento. Porque falar de emancipação é pressupor um *além*, a não ser que emancipemos a emancipação das sexualidades. A não ser que tenhamos conseguido que o *além* das sexualidades seja um *aqui*. Para que o *além* perca sentidos pessoais e colectivos. Para que o além do *além* esteja *aqui*.

Referências bibliográficas

- Arnett, Jeffrey Jensen (2002), “The Psychology of Globalization”, *American Psychologist*, 57(10), 774-783.
- Austin, Stephanie (2003), “Diverse Origins, Common Aims: The Challenge of Critical Psychology”. Comunicação apresentada na *International Conference of Critical Psychology*, Bath, UK, Setembro.
- Berzonsky, Michael (1994), “Self-Identity: The Relationship between Process and Content”, *Journal of Research in Personality*, 28, 453-460.
- Binnie, Jon (2004), *Sexuality and Social Theory: The Challenge of Queer Theory*. London: Sage.
- Butler, Judith (1990), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. New York/London: Routledge.
- Butler, Judith (1993), *Bodies That Matter. On the Discursive Limits of “Sex”*. New York/London: Routledge.
- Calhoun, Craig (1996), *Critical Social Theory. History and the Challenge of Difference*. Oxford: Blackwell.
- Carlson, Dennis (2001), “Gay, Queer and Cyborg: The Performance of Identity in a Transglobal Age”, *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 22(3), 297-309.
- Carneiro, Nuno Santos (2005), *O pincel da Psicologia sobre a tela do político: Para uma cidadania psicológica da diversidade sexual*. Comunicação apresentada no I Colóquio de Estudos GLQ – “Culturas, Identidades, Visibilidades”, Lisboa, Instituto Franco-Português, Setembro.
- Carneiro, Nuno Santos; Gouveia, Carmo Cabral; Menezes, Isabel (2003), *Screaming Actors in a Silencing Scenery: Social Support, Political Participation and Homosexual Identities in the Portuguese Reality*. Comunicação apresentada na *International Conference of Critical Psychology*, Bath, UK, Setembro.

- Carneiro, Nuno Santos; Menezes, Isabel (2004), *Do preto e branco ao arco-íris: Identidade LGBT e percursos de cidadania em Portugal*. Comunicação apresentada no II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro.
- Carneiro, Nuno Santos; Menezes, Isabel (2006), “La construction de l’identité des jeunes homosexuels au Portugal”, *L’Orientation Scolaire et Professionnelle*, 35(2), 225-249.
- Carneiro, Nuno Santos; Menezes, Isabel (no prelo), “From Oppressive Languages to Affirmative Identities: Lesbian and Gay Political Participation in Portugal”, *Journal of Homosexuality*.
- Costa, Maria Emília (1991), *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Lisboa: INICT.
- Cross, William (1971), “Negro-to-Black Conversion Experience: Toward a Psychology of Black Liberation”, *Black World*, 20(9), 13-27.
- Derrida, Jacques (1996), *Writing and Difference*. New York: Plenum [trad. Alan Bass].
- Downing, Nancy; Roush, Kristin (1985), “From Passive Acceptance to Active Commitment: A Model of Feminist Identity Development for Women”, *The Counseling Psychologist*, 13(4), 695-709.
- Erikson, Eric (1963), *Childhood and Society*. New York: Norton.
- Erikson, Eric (1968), *Identity: Youth and Crisis*. New York: Norton.
- Erikson, Eric (1980), *Identity and the Life Cycle*. New York: Norton.
- Foucault, Michel (1994), *Dits et écrits, IV. 1980-1988*. Paris: Gallimard.
- Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta [trad. Miguel Vale de Almeida].
- Hostetler, Andrew; Herdt, Gilbert (1998), “Culture, Sexual Life Ways, and Developmental Subjectivities: Rethinking Sexual Taxonomies”, *Social Research*, 65(2), 302-334.
- Hughes, D.; DuMont, K. (1993), “Using Focus Groups to Facilitate Culturally Anchored Research”, *American Journal of Community Psychology*, 21(6), 775-806.
- Jagose, Annamarie Ruston (1996), *Queer Theory*. Melbourne: Melbourne UP.
- Kitzinger, Celia (1997), “Lesbian and Gay Psychology: A Critical Analysis”, in Daniel Fox; Irving Prilleltensky (orgs.), *Critical Psychology: An Introduction*. Thousand Oaks, CA: Sage, 202-216.
- Kroger, Jane (1989), *Identity in Adolescence. The Balance between Self and Other*. London: Routledge.
- Krueger, Richard (1988). *Focus Group: A Practical Guide for Applied Research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lehr, Valerie (1999), *Queer Family Values: Debunking the Myth of the Nuclear Family*. Philadelphia: Temple UP.

- Llamas, Ricardo (1998), *Teoría Torcida: Prejuicios y discursos en torno a la "homosexualidad"*. Madrid: Siglo Veintiuno de España.
- Llamas, Ricardo; Vidarte, Francisco Javier (1999), *Homografías*. Madrid: Espasa.
- Louro, Guacira Lopes (1999), "Pedagogias da sexualidade", in G. L. Louro (org.), *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 9-34.
- Louro, Guacira Lopes (2004), *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- McCarn, Susan; Fassinger, Ruth (1996), "Revisioning Sexual Minority Identity Formation: A New Model of Lesbian Identity and its Implication for Counseling and Research", *The Counseling Psychologist*, 24(3), 508-534.
- Menezes, Isabel *et al.* (2004), "Citizenship, Empowerment and Participation: Implications for Community Interventions", in Alipio S. Vidal; Alba Z. Constanzo; Maria P. Lois (orgs.), *European Community Psychology: Community, Ethics, and Values*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 301-308.
- Nogueira, Paulo (2006), "Noivos e noivas gay: 'eles e elas andam aí...'", *A Página da Educação*, Março, 15.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- Parker, Ian (1999), "Critical Psychology: Critical Links", *Annual Review of Critical Psychology*, 1, 3-20.
- Plummer, Ken (1995), *Telling Sexual Stories. Power, Change and Social Worlds*. London/New York: Routledge.
- Plummer, Ken (1996), "Symbolic Interactionism and the Forms of Homosexuality", in Steven Seidman (org.), *Queer Theory / Sociology*. Oxford: Blackwell, 64-82.
- Rahman, Momin (2000), *Sexuality and Democracy. Identities and Strategies in Lesbian and Gay Politics*. Edinburg: Edinburg UP.
- Ramalho, Maria Irene (2001), "A sogra de Rute ou intersexualidades", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 525-555.
- Rubio, Sonia Soriano (1996), *Proceso de desarrollo de la identidad homosexual*. Universidade de Salamanca (diss. de doutoramento).
- Schachter, Elli (2002), "Identity Constraints: The Perceived Structural Requirements of a Good 'Identity'", *Human Development*, 45, 416-433.
- Schwartz, Seth (2002), "In Search of Mechanisms of Change in Identity Development: Integrating the Constructivist and Discovery Perspectives on Identity", *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 2(4), 317-339.
- Sedgwick, Eve Kosofsky (1990), *Epistemology of the Closet*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Seidman, Steven (2001), "From Identity to Queer Politics: Shifts in Normative Heterosexuality and the Meaning of Citizenship", *Citizenship Studies*, 5(3), 321-328.

- Soares, Isabel; Campos, Bártolo (1985), “Dificuldades de relacionamento entre jovens e programas de desenvolvimento interpessoal”, *Cadernos de Consulta Psicológica*, 1, 151-161.
- Spargo, Tasmin (2000), *Foucault and Queer Theory*. Cambridge/New York: Icon Books.
- Touraine, Alain (1997), *Iguais e diferentes. Poderemos viver juntos?*. Lisboa: Instituto Piaget [trad. Carlos Aboim de Brito].
- Warner, Michael (org.) (1993), *Fear of a Queer Planet. Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Young, Iris Marion (1990), *Justice and the Politics of Difference*. New Jersey: Princeton UP.
- Young, Iris Marion (1995), “Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship”, in Ronald Beiner (org.), *Theorizing Citizenship*. Albany: State University of New York Press, 175-207.
- Young, Iris Marion (2003), “O género como serialidade: Pensar as mulheres como um colectivo social”, *Ex-Aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 8, 113-139 [trad. Laura Fonseca e Marinela Freitas].